

*Crescêncio Antunes da
Silveira Neto **

O quadro que a IX Conferência Nacional de Saúde vai examinar de 9 a 14 de agosto na sede da UnB, em Brasília, é dramático. A Saúde nunca esteve pior no Brasil. Nos últimos anos o que se assistiu foi um vertiginoso sucateamento dos serviços e o agravamento do quadro sanitário. O país convive com o quadro crônico de milhões de chagásicos e de esquistosomóticos, 500 mil novos casos de malária por ano. A hanseníase, a tuberculose, a hepatite aumentam de forma alarmante. A leishmaniose afeta milhares de pessoas. As epidemias rondam permanentemente nossas portas: cólera, dengue, dengue hemorrágico, febre amarela, leptospirose. Somos o terceiro país em número de casos de Aids. A desnutrição, as diarréias infecciosas, a mortalidade materna e a infantil somam índices que nos envergonham.

Cresce a violência urbana e o drama social bate à porta do hospital, sucateado, desaparelhado, impotente. Profissionais de Saúde mal remunerados e desestimulados, médicos se demitindo dos serviços públicos de emergência, inconformados com a brutalidade do seu cotidiano. E, dolorosamente, na população cresce a de-

sesperança e o elemento humano vai perdendo a capacidade de indignar-se.

É esse o retrato cruel da Saúde no Brasil, que é o espelho das condições de vida em nossa sociedade. O Estado brasileiro, decididamente, falou em seu papel formulador e promotor do bem-estar social. Não há vontade nem compromisso de implementar políticas sociais que elevem os padrões de vida da população.

No campo específico da Saúde, o compromisso expressa-se materialmente quando a união, estados e municípios não destinam recursos necessários às ações de promoção, proteção e recuperação da Saúde. Países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento gastam entre 100 e 500 dólares *per capita* por ano em Saúde. Os desenvolvidos entre 500 e 2.500 dólares. E o Brasil gasta menos de 60 dólares.

Em relação ao PIB, gastamos menos de 3 por cento, abaixo do Chile (9 por cento), Peru (5,6 por cento) e Bolívia (10,3 por cento). O orçamento do Ministério da Saúde, no exercício fiscal de 1992 é 40 por cento menor, em valores reais, do que o de 1991. O contingenciamento das verbas em tempos de inflação elevada dilapida os valores reais dos poucos recursos orçados, e os tributos do fim social viram polêmica judicial. O governo federal não implementa a Lei Or-

gânica da Saúde e a nova equipe ministerial parece impotente para implantar o Sistema Único de Saúde (SUS), segundo as diretrizes legais vigentes.

Por tudo isso, a IX Conferência Nacional de Saúde acontece em momento extremamente oportuno, por duas razões principais: porque a mobilização da sociedade é fundamental para a implantação do SUS e porque a Conferência é hoje uma instância legal de decisão, com poderes de propor as diretrizes para a formulação da política de Saúde.

Partimos para a etapa nacional da IX Conferência defendendo: a implantação imediata dos Conselhos de Saúde em todos os estados e municípios na discussão do tema Controle Social; a regulamentação e aplicação urgente do artigo 35 da Lei 8.080/90 no Financiamento; revisão geral dos serviços privados contratados para corrigir distorções do passado e remuneração condigna dos honorários médicos, desvinculando-os das contas hospitalares no tema Organização de Serviços; a defesa do texto constitucional e o combate às propostas de privatização da Previdência.

* Vice-presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM), no exercício da presidência